

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

## 1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMVEJ – REALIZADA EM 26/10/2022

2

3 Ao vigésimo sexto dia do mês de outubro de dois mil e vinte dois, às catorze  
4 horas, excepcionalmente em formato *online* por meio do *link*  
5 [meet.google.com/ufz-xfdz-xtn](https://meet.google.com/ufz-xfdz-xtn) (*Google Meet*), iniciou-se a Reunião Ordinária do  
6 Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná.  
7 Conforme convocação prévia, fizeram-se presentes: **TITULARES**  
8 **GOVERNAMENTAIS:** Aimoré índio do Brasil Arantes (SECC), **SUPLENTES**  
9 **GOVERNAMENTAIS:** Jane Vasques (SEJUF/DEJUDH), **TITULARES DA**  
10 **SOCIEDADE CIVIL:** Aluizio Ferreira Palmar (CDHMP), Ivete Maria Caribé  
11 Rocha (SERPAJ). **CONVIDADOS(AS) TITULARES:** Maria Aparecida Blanco  
12 de Lima (TJPR). **CONVIDADOS(AS)/COLABORADORES(AS):** Giulia  
13 Manfredini (Sala Lume/DEDIF/SEJUF), Cláudia Hoffmann (MPPR e  
14 Coordenadora do Lume), Jussaramara Silva, Pedro Campos (UFRRJ), Andreia  
15 Corat (SEJUF/DEDIF), Matheus Mafra (NUCIDH). **JUSTIFICATIVA DE**  
16 **AUSÊNCIA:** Rodrigo Collares Tejada justificou sua ausência devido a uma  
17 audiência judicial no mesmo horário. **1. Abertura:** Inicialmente, Jane informou  
18 que, com relação a Reinauguração do Lume, a SEJUF continuava disponível  
19 para arcar com as passagens do Aluizio, da Manuela e demais membros. Além  
20 disso, Jane informou que o João não trabalhava mais na SEJUF e portanto, a  
21 suplência/titularidade da representação da secretaria seria alterada. Em  
22 seguida, Ivete saudou todos e todas e deu início a Reunião Ordinária do  
23 Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná. **2.**  
24 **Apreciação e Aprovação da Pauta:** Ivete indagou se todos (as) haviam  
25 recebido a pauta e se gostariam de solicitar alterações. Sem ressalvas, a pauta  
26 foi aprovada por unanimidade. **3. Aprovação da ATA da Reunião Ordinária**  
27 **de Setembro:** Ivete lembrou que havia uma ata atrasada que necessitava de  
28 aprovação — além da ata da reunião passada, Ordinária de Setembro. Maria  
29 Aparecida pontuou que considera aprovada. Desta forma, Ivete colocou-as em  
30 votação — sem ressalvas ou manifestações, ambas foram aprovadas por

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

31 unanimidade. **4. Caso Itaipu — Carla, Jussara, Pedro:** Inicialmente, Carla  
32 informou que estavam presentes o Professor Pedro Campo e a Professora  
33 Jussamara Silva, seus colegas juntamente ao Professor Rafael Brandão que  
34 compõem a equipe de pesquisa sobre a responsabilização das empresas que  
35 colaboraram com a Ditadura, especificamente o caso da Itaipu Binacional. A  
36 exposição da temática ao Comitê seria no intuito de solicitar o auxílio,  
37 considerando que se trata de um caso com uma empresa do porte da Itaipu e  
38 enfatizando as dificuldades encontradas, sobretudo em relação ao acesso às  
39 documentações. A pesquisa sobre a colaboração de Itaipu na Ditadura foi  
40 dividida em três aspectos fundamentais, o primeiro seria as questões de relações  
41 de trabalho que ocorreram sobretudo no período de construção da barragem,  
42 parte esta que a Professora Jussamara falaria. O segundo aspecto  
43 fundamental da pesquisa abrange a relação da empresa com o Estado em  
44 questões que se relacionam com diferentes beneficiamentos de empreiteiras e  
45 casos de corrupção, que seria apresentado pelo Prof. Pedro. Por fim, casos  
46 com relação aos processos de expropriação, até mesmo aqueles que tiveram  
47 perdas devido aos alagamentos, como também a população indígena,  
48 apresentado pela Professora Carla. Em seguida, a Professora Jussamara  
49 primeiramente agradeceu a oportunidade de vir ao comitê discutir o projeto e  
50 que, no ponto de vista dos trabalhadores, estava sendo trabalhada uma  
51 documentação bastante extensa do Arquivo Nacional, DOPS São Paulo e  
52 estava sendo feito um levantamento do que seria acessado no DOPS Paraná,  
53 que é onde tem o levantamento dos pedidos de buscas que a Itaipu fazia  
54 através da Assessoria de Segurança sobre os antecedentes políticos,  
55 ideológicos e criminais dos trabalhadores que atuaram em Itaipu. São cerca de  
56 100 mil trabalhadores e um número imenso de documentos com esses pedidos  
57 de buscas e agora, em setembro, houve a oportunidade de ir a Foz do Iguaçu  
58 fazer uma apresentação de trabalhos no Interior do Paraná e também  
59 entrevistar os trabalhadores. Uma das questões que foram encontradas no  
60 interior da pesquisa foi de que, trabalhadores e dirigentes sindicais, que

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

61 estiveram no período de criação de sindicatos de Itaipu, deram conta de um  
62 enorme número de acidentes de trabalho. Na documentação, foi encontrado  
63 um caso de assassinato de trabalhador logo no começo das obras, um  
64 trabalhador bastante conhecido em Foz do Iguaçu pelo apelido Ceará, mas  
65 diversos outros trabalhadores relataram vários acidentes de trabalho por conta  
66 dos equipamentos que eram disponibilizados na época, sendo verificado se já  
67 existiam e não foram disponibilizados. Os acidentes se encontram  
68 principalmente nas áreas de alvenaria, com vários relatos de acidentes e  
69 mortes, um deles, em entrevista, chegou a comentar a existência — que não se  
70 sabe por quanto tempo e não foi encontrado nada na bibliografia e  
71 documentação a respeito — sobre as 'Viúvas do Concreto' — expressão  
72 utilizada pelos trabalhadores. A equipe esteve no Hospital de Foz do Iguaçu  
73 que recebeu a documentação e solicitou acesso aos documentos de um  
74 paciente em particular, mas os atendentes informaram que essas  
75 documentações estavam sob guarda da Itaipu. Portanto, no ponto de vista dos  
76 trabalhadores, seria necessário o acesso a essa documentação, para poder  
77 demonstrar o nível de acidentes, mortes de trabalho e outras várias questões  
78 que podem ser relativas aos trabalhadores. Bem como, o acesso à  
79 documentação do Ministério da Justiça e do Ministério do Trabalho, pois faz-se  
80 necessário saber quais eram os contenciosos que os trabalhadores tinham  
81 contra a Itaipu e não aparecem na documentação sob guarda do Arquivo  
82 Nacional, do Arquivo do Estado de São Paulo e do Arquivo do Estado do  
83 Paraná. Quanto ao Arquivo do Estado do Paraná, Jussara informou que em  
84 2010 fez um levantamento para seu mestrado, mas que seria refeito para  
85 verificar a inclusão de novos documentos referentes ao caso. Por fim, alertou  
86 que além dessa documentação, há dados no Arquivo Nacional que mostram a  
87 observação de trabalhadores estrangeiros e comunidades internacionais da  
88 região que vão até o final dos anos 90, para assim, se ter a dimensão dos  
89 processos de continuidade de observação e controle na região da tríplice  
90 fronteira, sendo outro dado que estava sendo feito o levantamento e haveria

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

91 uma viagem ao Paraguai para fazê-lo. Dando sequência a apresentação, Pedro  
92 se apresentou brevemente, ele que é Professor do Departamento de História  
93 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e possui uma  
94 pesquisa sobre as empreiteiras brasileiras durante a ditadura — sendo o tema  
95 da sua tese de doutorado e que continua dialogando. A fim de  
96 contextualização, Pedro rememorou que o projeto teve no bojo da Comissão  
97 Estadual da Verdade um conjunto de investigação sobre as empresas que  
98 colaboraram na ditadura na repressão aos trabalhadores, no caso, a  
99 *Volkswagen*, era uma empresa que possuía um conjunto de provas muito  
100 cabais da sua cooperação com o aparato repressivo. Havia documentos da  
101 *Volkswagen* que estavam alojados no APESP indicando que a empresa,  
102 multinacional alemã, confeccionava relatórios e fichas dos trabalhadores  
103 acerca de suas atividades políticas e enviava ao DOPS, com isso, houve a  
104 configuração — associada a depoimentos — de uma responsabilidade da  
105 empresa em referência às violações cometidas durante a ditadura. Há  
106 testemunhos dos trabalhadores que alegam terem sido detidos ilegalmente e  
107 torturados no recinto da fábrica em São Bernardo do Campo (SP). Por conta  
108 disso, o Ministério Público Federal moveu uma ação contra a empresa, que  
109 admitiu a colaboração com o aparato repressivo durante a ditadura e firmou um  
110 acordo com o MPF cumprindo um Termo de Ajustamento de Conduta. Dentro  
111 deste TAC, houve o financiamento para pesquisas de outras empresas que  
112 foram indicadas com indícios bastante expressivos de colaboração com o  
113 aparato repressivo durante a ditadura, dentre as 10 empresas, nove empresas  
114 foram pré-determinadas, sendo uma delas, a Itaipu Binacional. Com relação a  
115 Itaipu, foi montado um projeto de pesquisa pela Carla, Jussara, Rafael, Pedro,  
116 Luana e Valdir que foi submetido e contemplado, sendo desenvolvida a  
117 pesquisa com a divisão de trabalhos com o objetivo global de mapear e arrolar  
118 a cooperação da Itaipu na ditadura na violação aos trabalhadores e as  
119 trabalhadoras, sendo ampliado — tendo em vista a possibilidade dentro do  
120 Edital da UNIFESP em convênio com o MPF — para pensar violações de

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

121 trabalhadores (as), tanto de Itaipu, como empregados das empreiteiras e  
122 consórcios, e também, violações no que tange às desapropriações e todo  
123 processo de expropriação de terras, pessoas que perderam seus lares e áreas  
124 de trabalhos por conta da criação do lago artificial. Ademais, foi pensado nos  
125 benefícios econômicos, nas formas de favorecimento de grupos empresariais  
126 relacionados ao projeto de Itaipu, não a Binacional em si, mas empresas  
127 fornecedoras envolvidas no projeto que foram favorecidas por uma série de  
128 medidas no que diz respeito à construção da obra e seu funcionamento. Dentro  
129 da divisão dos trabalhos da equipe, há uma certa concatenação como a  
130 Jussara com Valdir trabalhar a questão das violações cometidas contra os  
131 trabalhadores e trabalhadoras, incorporando acidentes de trabalho. Carla e  
132 Luana trabalham as questões dos desapropriados e as violações cometidas  
133 nesse contexto. Rafael Brandão, Professor da Universidade Estadual do Rio de  
134 Janeiro, que tem uma pesquisa sobre o acordo nuclear Brasil-Alemanha e o  
135 favorecimento da *Siemens*, estuda, juntamente ao Pedro, os benefícios  
136 concedidos às empresas envolvidas na obra — tendo também uma divisão  
137 entre eles: Pedro pesquisa sobre as empreiteiras; Rafael pesquisa sobre as  
138 empresas de montagem eletromecânica. A partir dos relatórios de Itaipu, livros,  
139 biografias e fontes acessadas foi notado vários indícios e irregularidades de um  
140 conjunto de formas de favorecimento econômico, atos que poderiam  
141 comprometer não só Itaipu, mas outras empresas. O orçamento inicial da obra  
142 foi de 2 Bilhões para 20 Bilhões e há várias denúncias no que diz respeito à  
143 elevação dos custos da obra, favorecimento de empresas específicas, o Edital  
144 das obras civis que foi fraudado pelas empresas, o preço da energia elétrica  
145 comercializada e outras questões. Os desafios encontrados pelos  
146 pesquisadores foram em relação ao arquivo de Itaipu, em que foi solicitado em  
147 uma primeira tentativa e foi negado o acesso, em uma segunda tentativa, foi  
148 parcialmente aceita. Há a tentativa, de pelo menos, acessar a Memória Técnica  
149 da Obra para verificar informações precisas sobre a quantidade de acidentes  
150 de trabalho e a quantidade de óbitos registrados oficialmente. Pedro informou

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

151 que estudou a Memória Técnica da Obra da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e  
152 somente nela constam a morte de 197 trabalhadores (as) em acidentes,  
153 havendo todo o ambiente propício para poucas práticas por parte das  
154 empresas com relação a segurança dos trabalhadores, gerando assim, uma  
155 quantidade de acidentes muito elevada e muitos óbitos. Portanto, é um dado  
156 que estava sendo pesquisado pela equipe, mas não foi encontrado em nenhum  
157 lugar em relação às mortes em Itaipu. Pedro pontuou que a Ivone Lima falou  
158 somente sobre um período, de 1975 à 1979, no Informe UNICON (Consórcio  
159 das Construtoras) que relata que morreram 40 pessoas, mas não é suficiente,  
160 pois podem haver dados não informados e o período não abrange todo o  
161 período de construção de 1975 à 1982 com a abertura das comportas, além da  
162 montagem eletromecânica durante toda a década de 80. Por fim, Pedro  
163 ressaltou que há uma série de desafios, principalmente no que se diz respeito  
164 ao acesso às fontes, particularmente o Arquivo de Itaipu que estava em um  
165 processo de negociação para ser concedido. Dando continuidade e encerrando  
166 a apresentação, Carla comentou sobre as dificuldades com relação a sua parte  
167 da pesquisa com relação a documentos que deveriam estar sob a guarda de  
168 órgãos de pesquisas públicas, federais ou estaduais, estavam sob a guarda da  
169 Itaipu e a empresa não permite o acesso aos documentos. Dessa forma, ao  
170 relatar casos de negociações específicas, como os casos dos desapropriados,  
171 denúncias que são feitas tanto pelos desapropriados como pelos indígenas, a  
172 Itaipu ‘pinça’ dentro do seu Centro de Documentação o que seria permitido o  
173 acesso. Há o acesso de documentos que outros pesquisadores tiveram  
174 anteriormente, mas isso é insuficiente e a Itaipu escolhe quais os documentos  
175 que constroem a narrativa e, por mais que isso seja um problema, Carla  
176 chamou atenção de que esses documentos de Itaipu pertencem originalmente  
177 ao INCRA e FUNAI ou a documentação de pacientes, que deveria constar no  
178 arquivo do Ministério da Saúde. Além disso, Carla informou que dos dez casos  
179 que foram aprovados pelo MPF, nove casos tiveram a designação do  
180 acompanhamento jurídico por um Procurador para auxiliar os pesquisadores,



# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

181 mas o caso de Itaipu não possui um (a) Procurador (a) porque de acordo com  
182 uma decisão do STF de 2012, todos os casos relativos a Itaipu não são  
183 julgados por serem casos de uma legislação específica por ser uma binacional,  
184 ou seja, todos casos vão para a PGR. Carla exemplificou o caso dos indígenas  
185 que, com as mudanças da ACO que foi promovida pela Raquel Dodge onde  
186 foram avançadas e trazidas muitas informações sobre a questão indígena,  
187 porém, com o Augusto Aras houve um retrocesso imenso na ACO 3555, que  
188 segue com uma visão equivocada de como deve ser tratada as questões  
189 indígenas. Assim como, Carla enfatizou as formas de apurar  
190 responsabilidades e questões do próprio Governo do Estado e da Assembleia  
191 Legislativa do Paraná porque é de conhecimento que nos processos de  
192 desapropriação houve fechamento de escolas, fechamento de turmas que  
193 foram completamente desaparecidas, pois as pessoas foram deslocadas para  
194 outros lugares — e poucas delas foram para o Paraná —, assim como,  
195 relativos à Saúde, hospitais e postos de saúde que deveriam atender, onde  
196 Itaipu foi minando as comunidades e retirando igrejas, postos, escolas e etc.  
197 Essas informações estavam sendo buscadas pela equipe, mas a questão  
198 específica trazida ao comitê foi a dificuldade de acesso à documentação que  
199 deveria ser pública e em que medida poderia haver um movimento no sentido  
200 de realizar uma pressão junto à Itaipu para que esses documentos sejam  
201 realocados para um arquivo público, pois o pesquisador ou pesquisadora  
202 precisa ir dentro do acervo e ter acesso ao conjunto documental para conseguir  
203 entender os conflitos envolvidos. Após a apresentação, Aluizio indicou que,  
204 independente da legislação que ‘blinda’ a Binacional em relação a algumas  
205 questões, o comitê deveria intervir nessa questão com bastante vigor porque  
206 ele e outros pesquisadores tentaram por diversas vezes entrar no Arquivo da  
207 Itaipu e tiveram dificuldades. Deste modo, Aluizio propôs que o CEMVEJ  
208 protocole um ofício para a Itaipu Binacional solicitando a colaboração da  
209 empresa na pesquisa de memória, facilitando o acesso ao Comitê, que  
210 delegaria a Carla, Pedro, Jussara e demais membros, a função de pesquisar os

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

211 arquivos. Aluizio indagou se o arquivo da Itaipu e da UNICON estavam juntos  
212 ou separados, pois o da UNICON interessaria muito aos pesquisadores.  
213 Jussara informou que com relação a documentação da UNICON, a equipe  
214 esteve no escritório da UNICON em Foz do Iguaçu e toda a documentação dos  
215 trabalhadores estava lá, são cerca de 87 mil fichas — que também foi negado o  
216 acesso. Ivete questionou se a informação que a documentação do Hospital  
217 estava sob guarda da Itaipu foi feita por escrito ou apenas verbal. Jussara  
218 respondeu que a informação foi solicitada como se a pesquisadora tivesse tido  
219 um parente internado após um acidente, sendo assim, informado a ela que  
220 essa documentação estava toda sob guarda da Itaipu e era referente ao um  
221 Hospital que era chamado de ‘Madeirinha’ e provavelmente era mais próximo a  
222 obra, socorrendo os trabalhadores após os acidentes. Pesquisas e  
223 trabalhadores indicaram que as mortes não se davam dentro da Itaipu por  
224 conta das legislações trabalhistas, o óbito só era constatado dentro do Hospital.  
225 Deste modo, foi informado à Jussara que para conseguir acessar essa  
226 documentação deveria ser solicitado diretamente à Itaipu, o que lhe causou  
227 bastante estranheza porque a documentação médica não deveria ser cedida  
228 dessa forma e para empresas. Ivete destacou a importância de realizar o  
229 pedido por escrito e protocolado para poder exigir a resposta formal. Carla  
230 informou que quando foram à UNICON foram bem atendidos e que foram  
231 informados que durante a pandemia foram digitalizadas todas as fichas dos  
232 trabalhadores paraguaios, pois o processo no Paraguai estava mais adiantado  
233 em comparação ao Brasil. Isso significa, que aparentemente a UNICON  
234 permitiria um projeto de digitalização da documentação que possuem e seria  
235 importante o CEMVEJ estabelecer essa possibilidade, tendo a UNILA e  
236 UNIOESTE presentes em Foz do Iguaçu que poderiam avaliar o contato com a  
237 UNICON para verificar a possibilidade de estabelecer o projeto de digitalização  
238 destes documentos para oferecer a qualquer pesquisador e pesquisadora.  
239 Além do ofício, Carla sugeriu que seja pensada a legalidade da Itaipu estar  
240 com documentos que deveriam estar em órgãos estatais e que esses



# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

241 documentos fossem devolvidos para o Arquivo Nacional ou algum órgão  
242 responsável. Em seguida, Maria Aparecida destacou que é perfeitamente  
243 possível buscar essas informações com base na lei de acesso à informação,  
244 sendo possível que o Comitê solicite ao Ministério Público Federal que  
245 encaminhe um ofício requisitando o acesso à documentação. Pedro informou  
246 que a questão de Itaipu é delicada por ser binacional e dada sua condição,  
247 quem pode interceder junto à empresa é a Procuradoria-Geral da República,  
248 sendo uma situação delicada devido a situação atual da PGR no Brasil. Ivete  
249 indagou se a equipe já havia tentado acessar a documentação via Paraguai.  
250 Carla respondeu que sim, foi marcada uma viagem para Assunção e a  
251 Jussamara já esteve no Arquivo do Terror, além de que, no Paraguai há um  
252 movimento bastante organizado vinculado às questões dos trabalhadores e  
253 que tramita no Senado Nacional. Por fim, Ivete agradeceu pela exposição da  
254 pauta e parabenizou pelo trabalho realizado por toda a equipe. **5. LUME, Lugar**  
255 **de Memória — Dra Claudia Hoffmann:** Em primeiro lugar, Cláudia indicou  
256 que o ponto de pauta estava genérico, mas seriam seis assuntos que seriam  
257 expostos. Inicialmente, Cláudia informou que o *site* do LUME estava pronto  
258 para ser divulgado e somente um detalhe estava pendente, onde foi entrado  
259 em contato com todos (as) que fazem parte do projeto referente a uma breve  
260 biografia — elaborada pela equipe do LUME — para autorizar a publicação da  
261 mesma. Entretanto, algumas pessoas não responderam a solicitação de  
262 autorização da bibliografia e para não atrasar o lançamento foi sugerido que o  
263 *site* seja publicado somente com as bibliografias já autorizadas e a medida que  
264 as autorizações forem encaminhadas, as demais bibliografias seriam  
265 publicadas. Giulia informou que o lançamento estava previsto para a próxima  
266 semana e que as biografias poderiam ser reenviadas para autorização, pois  
267 seria importante o lançamento do *site* para aumentar a visibilidade do LUME e  
268 sua reinauguração. Cláudia sugeriu que a Giulia passe uma lista no grupo de  
269 *Whatsapp* dos (as) que já autorizaram as biografias — e conseqüentemente,  
270 quem não estiver na lista: está pendente de autorização. O segundo ponto de

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

271 pauta trazido pela Cláudia foi em relação ao Grupo de Estudos, que tem como  
272 ideia: um grupo que possa articular, estudar, empreender metodologias e  
273 teorias e trabalhar na formação de lugares de memórias. Cláudia indicou que,  
274 ao conversar com o Memorial do Ministério Público do Paraná, avançou-se na  
275 ideia de tentar articular em formato de Rede e também foi convidado o Museu  
276 do Tribunal de Justiça, o Atêlie do TJPR e o Observatório de Direitos Humanos.  
277 Portanto, o grupo de estudos estava sendo formado de um jeito que envolve  
278 não só as instituições, mas grupos específicos dentro delas que trabalham com  
279 a Memória. O primeiro encontro oficial do Grupo de Estudos do LUME seria no  
280 dia 10 de Novembro e o convite seria enviado para todas (os). A ideia de atuar  
281 em formato de Rede seria para fortalecer o LUME e no próximo ano  
282 estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior, já tendo feito  
283 diálogo com a Escola Superior do Ministério Público e a Escola de Formação e  
284 Educação em Direitos Humanos da SEJUF para verificar quem poderia  
285 trabalhar com os certificados. O terceiro ponto trazido pela Cláudia foi referente  
286 ao Plano de Trabalho do LUME para o ano de 2023, lembrando que o de  
287 2022 foi apresentado no fim de 2021 e aprovado somente no início de 2022.  
288 Por isso, Cláudia questionou se o plano deveria ser apresentado até o fim do  
289 ano ou no início de 2023. Além disso, Cláudia destacou que estava aceitando  
290 sugestões para incluir no planejamento, visto que, o Plano de Trabalho de 2022  
291 foi cerca de 95% cumprido, ficando pouquíssimas metas de lado. Cláudia  
292 indicou que o plano prevê um grande evento do Lume para o ano de 2023  
293 referente a comemoração dos 35 anos da Constituição Brasileira no mês de  
294 Outubro, sendo possível propor parcerias com a Secretaria de Justiça, com o  
295 Ateliê do TJ, o Museu do TJ e o Observatório de Direitos Humanos. Portanto,  
296 Cláudia solicitou que se alguém tiver ideias para incluir no Plano de Trabalho  
297 do LUME que encaminhem para elas. O quarto ponto trazido pela Cláudia foi  
298 em relação ao evento de exposição da Manoela Cavalinho, que foi cancelado.  
299 Cláudia informou que o evento foi organizado por ela e pela Giulia a partir de  
300 uma expectativa de financiamento da SEJUF da exposição da Manoela

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

301 Cavalinho, porém, apesar das reuniões sobre esse financiamento, infelizmente  
302 o pedido de pagamento das despesas foi indeferido. Cláudia informou também  
303 que em uma conversa com a SEJUF descobriu que eles estavam se  
304 articulando para fazer uma ‘*vakinha*’ para pagar as despesas da exposição,  
305 algo que ela não achou legal e nem justo, ficando receosa com a situação.  
306 Durante os trâmites, houve um pedido do Dr. Thomé de que fosse sugerido um  
307 material porque teria um recurso de R\$ 20.000,00 da SEJUF que poderia ser  
308 utilizado no LUME. Deste modo, Cláudia e Giulia acionaram uma equipe de  
309 voluntários e trabalharam em uma proposta de 10 *totens* com o material da  
310 Comissão Estadual da Verdade, porém, ao tramitar, também foi indeferido.  
311 Portanto, sem ter o dinheiro da exposição da Manoela Cavalinho e o dinheiro  
312 para os *totens* — sendo indeferido até mesmo um café que foi solicitado —,  
313 houve desânimo da equipe e foi compreendido que seria coerente o  
314 cancelamento desse evento, pois não faria sentido uma exposição sem as  
315 artes. Entretanto, houve diálogos com o Tribunal de Justiça e foi retomada a  
316 ideia de trazer o Aluizio e a Judite para falar junto com alguns professores  
317 especialistas no tema Lugares de Memória, Ditadura, Democracia e etc. O  
318 quinto ponto trazido pela Cláudia foi em relação a reinauguração do LUME e  
319 ela solicitou que a Ivete e Maria Aparecida comentassem sobre a reunião da  
320 semana passada (20). Maria Aparecida informou que a reunião foi em  
321 referência ao SEI aberto com a solicitação de equipamentos para a Sala Lume  
322 com vista a reinauguração da sala que estava marcada para dezembro.  
323 Durante a reunião foi apresentado o Plano de Ação e uma relação de  
324 equipamentos que estava no sistema SEI, onde foi dito, em um primeiro  
325 momento, que o TJ não teria recursos para fornecer esses equipamentos.  
326 Portanto, foi conversado se seria viável disponibilizar alguns equipamentos que  
327 não demandam tantos recursos ou de licitação, sendo feita a colocação de  
328 alguns deles que estavam relacionados na lista. Dessa forma, a Secretária do  
329 TJ ficou responsável de verificar a questão com os diretores e o departamento  
330 de informática. A resposta foi encaminhada diretamente à Sala Lume com a

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

331 presença da Ivete e da Giulia, além da Mariana, Arquiteta do Tribunal e outro  
332 diretor. Foi dito que era possível serem cedidos alguns equipamentos, como  
333 televisão, câmeras, *notebooks* e etc. Para isso, seria necessário o  
334 encaminhamento de alguns ofícios, um deles dando ciência da data de  
335 reinauguração ao Diretor do Centro Judiciário, o outro ofício deveria ser  
336 encaminhado ao Departamento de Engenharia e Arquitetura para que fosse  
337 disponibilizada a arquiteta que estava acompanhando a visitação, e também,  
338 que seria anexada a sala ao lado, talvez pintada e reformada para o dia da  
339 inauguração. Em relação aos *totens* e a mudança do projeto arquitetônico do  
340 TJ não seriam possíveis, mas talvez, acentuar na sala alguns dizeres para que  
341 ficassem no muro — sugerido pela própria secretária do tribunal. Ivete  
342 esclareceu que os ofícios deveriam sair do Gabinete da Desembargadora  
343 Maria Aparecida porque os processos são do SEI e se forem expedidos por  
344 alguém que não faz parte do Tribunal dificulta o encaminhamento, por isso, foi  
345 solicitado que saíssem do gabinete. Cláudia informou que na segunda reunião  
346 expôs que sua preocupação era organizar uma cerimônia participativa, junto  
347 como CEMVEJ, pois na segunda reinauguração, em 2020, pouco se falou  
348 sobre a Comissão Estadual da Verdade e não foi dada palavra para a  
349 Desembargadora, algo que deixou Cláudia muito chateada porque não foi  
350 discutido sobre o objetivo do LUME. Por isso e um certo pânico dessas  
351 situações se repetirem, Cláudia solicitou que fosse feito um novo contato com a  
352 Mariana — visto que ela não pode estar presente na reunião da semana  
353 passada — para questionar de que modo seria organizada a cerimônia e se  
354 seria participativa e democrática. Sendo assim, na segunda-feira (24) foi  
355 realizada uma segunda reunião com a Secretária do TJ, Mariana, com o  
356 Ibramar do Ateliê, com a Denise Oliveira, Chefe de Gabinete, com a Lígia,  
357 Assessora, com o Fernando, Diretor da Gestão Documental. Portanto, havia  
358 uma equipe que conhecia detalhadamente o processo e os motivos dos  
359 pedidos terem sido indeferidos — por exemplo, as frases que seriam pintadas  
360 nos muros: eles tinham tinta, mas não uma pessoa para pintar. O grande tema

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

361 da reunião foi refletir sobre o sentido de fazer um novo evento se o Plano de  
362 Trabalho foi negado e o que seria apresentado ao Comitê e à sociedade, pois  
363 estava sendo discutida uma terceira cerimônia de reinauguração do LUME e  
364 não possui nenhuma exposição para apresentar porque a da Manoela  
365 Cavalinho foi cancelada por falta de recursos financeiros. Durante a reunião,  
366 Mariana explicou que as negativas no SEI foram, principalmente, por dois  
367 motivos, primeiro porque foi a Cláudia que solicitou e é de fora do TJ e,  
368 segundo, foi porque o termo de cooperação limita o TJ a ceder a sala, pagar  
369 energia, segurança e equipamentos — não dando brechas para que o TJ  
370 consiga financiar qualquer tipo de equipamento e material. Entretanto, a  
371 Mariana informou que se o Termo de Cooperação for reformulado na parte que  
372 cabe ao TJ e seja vinculado ao Museu do Tribunal de Justiça, que poderia  
373 assim, financiar o Plano Museológico do LUME que daria a ideia de conceito e  
374 objetivos do espaço a curto, médio e longo prazo. Maria Aparecida destacou  
375 que as coisas necessitam estar bem definidas e quando houver alteração do  
376 termo de cooperação da SEJUF e TJ devem estar bem definidas as questões,  
377 efetivamente com relação à autonomia do LUME, aspectos pedagógicos e  
378 todas as atribuições, sendo necessária uma reunião minuciosa sobre essas  
379 alterações. Cláudia informou que o Ministério Público do Paraná tem interesse  
380 em fazer parte do termo de cooperação e se houver uma reforma do texto,  
381 provavelmente entraria também nessa parceria. Além disso, Maria Aparecida  
382 destacou que haveria uma mudança de gestão no Tribunal de Justiça e  
383 também a mudança do presidente do Brasil, não sendo possível prever como  
384 seria encaminhada às questões referentes à Sala Lume nesse contexto. Dessa  
385 forma, deveria ser conversado entre a equipe e os representantes do Comitê a  
386 melhor forma de ‘amarrar’ esse termo de cooperação com o TJPR com a  
387 integração do MPPR. Cláudia reforçou que a parte pedagógica do LUME  
388 deveria ser garantida no termo de cooperação para blindar a autonomia da sala  
389 nas gestões posteriores, deixando claro que o comitê é responsável pela  
390 administração, pelo conteúdo, práticas e etc. Maria Aparecida reiterou que o

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

391 novo termo de cooperação deveria garantir a autonomia do comitê. Aluízio  
392 destacou que estava otimista pelas mudanças que aconteceriam após o dia 30,  
393 mas que, independentemente disso, precaução nunca é demais e o novo termo  
394 de cooperação deveria ser elaborado antes da troca de gestão do TJPR. Jane  
395 sugeriu que o CEMVEJ encaminhe a solicitação dos ofícios para o Gabinete da  
396 Desembargadora Maria Aparecida, para que assim, ela possua um respaldo do  
397 CEMVEJ. Maria Aparecida pontuou que não poderia responder pelo LUME e  
398 dessa forma, encaminharia e protocolaria os ofícios. Com relação aos *totens*,  
399 Jane lembrou que anteriormente, ainda quando a Regina Bley era Chefe do  
400 Departamento, houve uma exposição de *totens* na Biblioteca Pública em uma  
401 inserção sobre a promoção da igualdade racial e, ao conversar com a Regina,  
402 Jane perguntou se foi um empréstimo da SECC, pois caso seja, seria possível  
403 que o comitê também o faça para a exposição da Manoela Cavalinho. Cláudia  
404 indicou que a exposição usaria varais, não *totens*. Ivete informou que  
405 encontrou o Narcísio e ele indicou que estaria disponível para levar todos os  
406 materiais que possui para uma exposição no Salão ou na parte externa — caso  
407 não esteja chovendo — e que poderia contribuir com alguns *banners*. Cláudia  
408 indicou que ele já poderia levar esse material para o LUME e a equipe avaliaria  
409 a condição para colocá-lo na exposição. Ivete indicou que o material é muito  
410 grande e seria mais viável alguém ir visitá-lo (neste momento, a apresentação  
411 da pauta foi interrompida para o debate do caso de Itaipu). Após a  
412 apresentação do caso de Itaipu, Cláudia indicou que deveriam ser definidos os  
413 próximos passos, se seria enfrentada a reformulação e quem seria responsável  
414 por cada tarefa, com a entrada do MP através do eixo Verdade, Memória e  
415 Justiça do CAOPDH — que é onde o Olympio trabalha e coordenou Comissão  
416 Estadual da Verdade do Paraná. Ivete sugeriu que fosse feita uma reunião para  
417 verificar o que poderia ser feito a nível jurídico sobre as mudanças no Termo de  
418 Cooperação. Consequente, Maria Aparecida concordou com a realização da  
419 reunião e que deveria ser o mais rápido possível, além de que, deveria ser  
420 conversado com o presidente do TJ para verificar o aceite das alterações no



# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

421 termo e que a Minuta seja elaborada com maior brevidade possível. Cláudia  
422 indicou que a ideia era transformar a Cerimônia não só em um encontro dessas  
423 autoridades, mas também fazer uma roda de conversa, palestras e ouvir os ex-  
424 presos políticos. Maria Aparecida indicou que seria interessante levar uma  
425 parte dos materiais do Narcísio. Além disso, Cláudia informou que todos os  
426 materiais solicitados deveriam ser listados, por exemplo, o Lume gostaria de  
427 entregar nessa cerimônia com sua logo — marcador de página, calendário,  
428 caderneta e etc — e o endereço do *site*. Cláudia também informou que foi  
429 agendada uma conversa com o responsável pela documentação do antigo  
430 Presídio do Ahú, sendo uma documentação interessante ao LUME porque a  
431 Flávia possui fotografias do período que o prédio era um manicômio, no Século  
432 XX, e em algum momento esse material poderia ser trabalhado e exposto. Por  
433 fim, Cláudia indicou que seria necessário solicitar os documentos que estão na  
434 SEJUF, pois foi informado que pelo Dr. Thomé que existem armários com  
435 documentações da Comissão Estadual da Verdade, ao que tudo indica, não  
436 foram digitalizadas pelo projeto da Professora Marion, sendo necessário que  
437 esses materiais sejam enviados para o LUME verificar e depois encaminhar  
438 para o Arquivo Público. Jane indicou que não sabia a quantidade de materiais,  
439 mas que seriam averiguados e o transporte poderia ser providenciado pela  
440 SEJUF, sem problemas. **6. Prédio do DOPS, na Rua João Negrão, 773 –**  
441 **Aluizio Palmar:** Aluizio indicou que essa pauta partiu do José Abreu, ele que  
442 fez uma pesquisa antológica que levou o título de Operação Pequeno Príncipe  
443 e ele quem esclareceria a proposta de desapropriação do local para  
444 transformá-lo em um espaço de memória. Em seguida, José primeiramente  
445 agradeceu ao Aluizio pelo convite e indicou que a respeito de sua proposta,  
446 consultou primeiro o Aluizio para verificar se havia alguma iniciativa neste  
447 sentido de transformar o prédio — antes que ele fosse demolido — em um  
448 Centro de Memória. José informou que pesquisa há cerca de 20 anos a  
449 Ditadura no Estado do Paraná e a questão da preservação desses locais é algo  
450 que o acompanhava há muito tempo, foi perdida a oportunidade de tomar essa

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

451 atitude com a chamada ‘Clínica Marumbi’ que fica logo abaixo o *Shopping*  
452 Curitiba, assim como, as instalações do Presídio do Ahú que sobrou apenas  
453 uma pequena parte. José destacou que o prédio da DOPS abrange não  
454 somente uma ditadura, mas duas, pois foi criada em Setembro de 1937 e  
455 abrange duas ditaduras do Século XX: Estado Novo (1937-1945) e o Regime  
456 Militar (1964-1985). Por isso, é de sua preocupação que fosse iniciado logo um  
457 movimento para que o prédio da DOPS seja preservado e transformado em um  
458 lugar de memória. Além disso, José informou que ainda esse ano defenderia  
459 uma tese que trata da criação do DOI-CODI no Paraná e a bibliografia  
460 existente a respeito possui equívocos, pois muitos autores se basearam no  
461 livro do Ustra que diz que o DOI-CODI da 5ª Região Militar teria surgido em  
462 1971, algo que não é verdade e quem o alertou foi o Coronel Lins, Primeiro  
463 Comandante do DOI-CODI e um dos fundadores junto ao Waldir Coelho,  
464 Comandante da OBAN e Primeiro Comandante do DOI-CODI de São Paulo.  
465 Portanto, o Coronel Lins o alertou de que o DOI-CODI no Paraná surgiu em  
466 1975 justamente para deflagrar a Operação Marumbi. Portanto, com o  
467 surgimento do DOI-CODI e por integrar as Forças Policiais e Militares, surgiu a  
468 Comunidade de Segurança e Informações no Paraná e passaram a agir de  
469 forma integrada. José indicou que a sua tese tenta demonstrar como, depois de  
470 várias atividades e terrorismos de Estado no Paraná em 1977 e 1978, levaram  
471 as instâncias superiores do Executivo Estadual e Federal realizar uma espécie  
472 de intervenção, que ao final, dissolveu essa Comunidade de Segurança e  
473 Informações. Isto posto, José informou que teve início em 1978 com a extinção  
474 da sigla DOI-CODI e a transformação dessa antiga Delegacia em uma  
475 divisional e prosseguiu com uma série de mudanças que são listadas em sua  
476 tese, com o fim destas mudanças sendo a extinção da DOPS. Em meio a toda  
477 essa pesquisa, a questão do DOI-CODI o levou a ir para São Paulo em Julho  
478 para participar da visita mensal mediada no prédio do DOI-CODI da 2ª Região,  
479 reforçando assim, sua antiga intenção de criar uma iniciativa ou movimento no  
480 sentido de que o Paraná possa ter seu lugar de memória, sendo o prédio mais

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

481 representativo o da DOPS na Rua João Negrão nº 773. Aluízio lembrou que  
482 o prédio da Rua João Negrão, além de ser a Delegacia de Ordem Política e  
483 Social, também era um centro de tortura, exemplificando o caso da Zé Netinha,  
484 que foi pendurada em um pau de arara desnuda e de pé em cima de latinhas  
485 de leite condensado por horas e horas, e ele mesmo, foi pendurado três vezes  
486 em um gabinete do Chefe do DOPS. Desta forma, Aluízio reiterou que deveria  
487 haver luta e movimentos para preservar o prédio do DOPS, sendo necessário  
488 verificar se o prédio estava nas mãos da Polícia, do Estado ou qual a situação  
489 do local. José respondeu que não sabia quem era o proprietário atual do  
490 prédio. Aluízio levantou a possibilidade de entrar em contato com o conselho  
491 responsável pelo tombamento público em Curitiba. José informou que existe o  
492 Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico e o caminho deveria ser  
493 através deste órgão. Aimoré destacou via *chat*: “É necessário consultar a  
494 *Diretoria de Patrimônio do Estado DPE, da Sec. da Administração para saber*  
495 *se o imóvel pertence ao Estado ou não. O tombamento pode ser realizado pela*  
496 *Coordenação do Patrimônio Cultural da Sec. de Comunicação e Cultura. Existe*  
497 *uma Lei Municipal de Tombamento recentemente aprovada pelo município.”.*  
498 Maria Aparecida sugeriu que a situação do imóvel fosse verificada junto ao  
499 IPPUC. Aimoré informou que existe também a [Lei Municipal 1.211/53](#). José  
500 sugeriu que a UFPR seja vinculada ao projeto por meio de um projeto de pós-  
501 doutorado que envolveria o prédio da DOPS. Além disso, é necessário verificar  
502 de quem é a posse do prédio — Estado, Município e etc. Cláudia comentou  
503 que estava fazendo doutorado em História na UNICAMP e a universidade faz  
504 parte do projeto que trabalha com a Arqueologia Pública no prédio do DOI-  
505 CODI em São Paulo e ela vem acompanhando os trabalhos, sendo colega da  
506 Débora Neves, que também fez doutorado na UNICAMP na mesma linha de  
507 pesquisa que a Cláudia, escrevendo o primeiro texto justificando o tombamento  
508 do DOI-CODI — o espaço em que foi assassinado Vladimir Herzog — e agora,  
509 o Estado do São Paulo estava financiando pesquisas muito avançadas, como  
510 por exemplo, o uso de uma máquina que faz um escaneamento 3D e consegue

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

511 encontrar vestígios de sangue ainda que tenham ocorrido violências há  
512 décadas. Isto posto, Cláudia sugeriu que o comitê converse com a Débora para  
513 compreender o percurso necessário para o tombamento anteriormente a  
514 qualquer encaminhamento com os institutos de patrimônio. José concordou  
515 com a sugestão da Cláudia e informou que um dos materiais que recebeu se  
516 apoia no relatório da Débora Neves, pois o trabalho dela foi impecável e  
517 determinante para a acolhida desse pedido de tombamento. Em seguida,  
518 Matheus indicou que repassaria a questão ao Antônio e que a DP gostaria de  
519 participar das reuniões sobre o tombamento do DOPS para auxiliar em tudo  
520 que for possível no procedimento, pois a Defensoria tem alguns procedimentos  
521 que abordam tombamentos, inclusive na Cidade de Curitiba. 7. Atividades de  
522 final de ano, em especial no dia dedicado ao Direitos Humanos 08/12: Ivete  
523 indicou que ainda não havia sido pensada em uma atividade, pois em princípio,  
524 a ideia era a apresentação da Manoela Cavalinho, mas como haveria a  
525 reinauguração no dia 13/12, seriam dois eventos próximos demais. Cláudia  
526 pontuou que a reunião do dia 14 também deveria ser repensada porque,  
527 segundo a Mariana, o Presidente do TJ ainda não definiu a data da  
528 reinauguração, mas que a princípio, estaria agendada para 14 de Dezembro —  
529 que é o dia da última reunião do ano do CEMVEJ. A data da última reunião do  
530 CEMVEJ foi redefinida para o dia 30/11. **7. Informes Gerais:** Ivete informou  
531 que vai até a UNESCO levar alguns documentos do Serviço de Paz e Justiça e  
532 estava pensando a elaboração de um Manifesto de alguns comitês para  
533 protocolar na UNESCO sobre a eliminação de documentos que vêm  
534 acontecendo, onde a Ministra Damares disse que eliminaria documentos da  
535 Comissão de Anistia e houve notícias que ela estava eliminando documentos  
536 da história da Ditadura. Esse é um caso muito preocupante e no Brasil  
537 dificilmente teria alguma resposta a isso, mas ao menos deve ser registrado  
538 que houve tentativas de preservar essa documentação e continuar os trabalhos  
539 dos Comitês e Comissões de Memória, Verdade e Justiça. Cláudia perguntou à  
540 secretária executiva sobre as faltas da Professora Marion, pois há cerca de

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

541 quatro reuniões ela não comparece. Andreia informou que com relação às  
542 justificativas, recebeu apenas do Rodrigo Collares Tejada, mas da Profa.  
543 Marion não recebe justificativas e nem mesmo a confirmação de leitura das  
544 convocações. Deste modo, Cláudia indicou que as faltas deveriam ser  
545 discutidas e que as justificativas deveriam ser registradas no início da reunião  
546 para constar em ata. Jane sugeriu que a pauta de 'Informes Gerais' fosse logo  
547 após a aprovação da ata, pois ao se colocar no fim compromete os informes  
548 porque grande parte dos (as) conselheiros (as) acabam saindo. Quanto à  
549 questão da eliminação de documentos pela Ministra Damares, Aluizio destacou  
550 que não são documentos do Arquivo Público de Brasília ou do Rio de Janeiro,  
551 estes estavam intocáveis e não há ameaças. Entretanto, o que ocorreu foi de  
552 que não há espaços para guardar os livros e a Comissão Nacional de Anistia  
553 editou muitos livros, esses livros iriam para Belo Horizonte e ficaram  
554 depositados em uma sala muito pequena, lotada de livros, e o Ministério quer  
555 se desfazer desses documentos. Portanto, algumas universidades, como a  
556 UNB, UFRGS, UFRJ e a própria Coalizão Memória, Verdade e Justiça  
557 entraram em contato com o Ministério e estavam negociando o envio destes  
558 materiais para as universidades. Inclusive, o Comitê e o LUME poderiam  
559 solicitar alguns títulos para construir um acervo, sendo necessário um  
560 requerimento ao CASC — ao Dr. Paulo Abraão, por exemplo. Cláudia indicou  
561 que a Giulia encaminharia todas as Minutas de Ofício para a Desembargadora  
562 Maria Aparecida (C/C Ivete) e se ela achar por bem, telefonar para a Mariana  
563 antes de encaminhar e destacar o assunto sobre a reformulação da redação do  
564 Termo de Colaboração e qual seria o melhor caminho. Além disso, Cláudia  
565 sugeriu a criação de um grupo de trabalho ou comissão para articular quem  
566 estava diretamente envolvido para propor uma organização, participativa e  
567 democrática, dessa cerimônia de reinauguração para não se repetir o que  
568 aconteceu em 2018 e 2020. 8. Encerramento: Por fim, Ivete agradeceu a  
569 presença de todas e todos e deu por encerrada a Reunião Ordinária do Comitê  
570 Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. A presente ata foi lavrada

# **CEMVEJ**

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

571 por Davi da Rosa.